



**Casa Civil da Presidência da República  
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI  
Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios**

**JULGAMENTO DE RECURSO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020**

**(Processo Administrativo nº 00100.005602/2019-43)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução indireta de serviços de apoio operacional e especializado, sem emprego de material, de forma contínua para atender ao ITI.

**1. DAS PREMILIMARES**

Trata-se do julgamento do Recurso Administrativo interposto pela Licitante **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45**, doravante denominada **Recorrente**, e das Contrarrazões apresentadas pela empresa **ATENAS TERCEIRIZAÇÃO E OBRAS LTDA.**, doravante denominada **Recorrida**.

Preliminarmente, cumpre registrar que, conforme dispõe o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse sentido, insta registrar, também, que, de acordo com a previsão contida no subitem 23.6 do Edital, as normas disciplinadoras da licitação serão sempre

interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Na sessão do Pregão que declarou a Recorrida vencedora do Grupo 1 e dos itens 1 e 4, a Recorrente manifestou intenção de recorrer com a seguinte motivação:

Manifestamos intenção de interpor recurso contra a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa ATENAS TERCEIRIZACAO E OBRAS LTDA, com fundamento nos arts. 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002, e 26 do Dec. 5.450/05, e nos princípios da ampla defesa, transparência e formalismo, por entender que a documentação apresentada não atendeu aos requisitos explicitados na Legislação, Edital e Anexos. As razões serão detalhadas na peça recursal.

## 2. DA ADMISSIBILIDADE

A peça recursal e as contrarrazões foram anexadas ao sistema do Comprasnet ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) dentro dos prazos estabelecidos, sendo consideradas tempestivas.

## 3. DAS ALEGAÇÕES

A Recorrente, em síntese, alega que:

*“A) Da não comprovação do enquadramento legal para utilização do benefício da desoneração da folha de pagamentos – Lei 12.546/2011”*

- a Recorrida elaborou a Planilha de Custos e Formação de Preços, valendo-se do regime tributário da Desoneração da Folha de Pagamento, mas não comprovou o seu enquadramento, por meio do modelo de declaração previsto no Anexo III da IN RFB 1.436/2013;
- em sua Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) a empresa informou não ser optante pela **CPRB**;

*“B) Da incorreta aplicação das alíquotas de PIS e COFINS”*

- a Recorrida, quando do envio de sua documentação, informou ser empresa optante do regime tributário denominado Lucro Real, com alíquotas de 7,60% para COFINS e 1,65% para PIS.
- verificou-se que, após a realização do certame, a Recorrida com a clara intenção de “fechar a planilha” a qualquer custo, alterou as

alíquotas de impostos, fazendo constar em sua planilha final 3% para COFINS e 0,65% para o PIS.

- tão logo a Recorrente verificou a inconsistência na planilha da Recorrida, imediatamente comunicou a Comissão de Licitação através de e-mail, que teve tanto o seu recebimento quanto sua leitura confirmados. Contudo, até o presente momento não houver qualquer retorno, quedando-se o responsável silente.
- não foi realizada qualquer diligência a fim de comprovar a veracidade das informações incluídas pela Recorrida em sua planilha ou, ainda, para que a empresa justificasse a razão e embasamento legal para alteração das alíquotas de impostos.
- Mais uma vez verificou-se o tratamento diferenciado que vem sendo dado à Recorrida, já que para o item 2, do qual foi vencedora a empresa RCS, houve questionamento no chat acerca da sua opção de tributação, o qual restou devidamente respondido pela empresa.

*“C) Dos erros no preenchimento da planilha”*

- foi possível verificar erros no preenchimento do submódulo 2.2 sobre o subtotal do submódulo 2.1 para TODAS AS PLANILHAS DO GRUPO 1, conforme abaixo demonstrado:

Grupo 1 – Item5:

Valor considerado Atenas: R\$ 23,24

Valor correto: R\$ 114,37 (3,13% x R\$ 3.654,00)

Grupo 1 – Item6:

Valor considerado Atenas: R\$ 23,24

Valor correto: R\$ 114,37 (3,13% x R\$ 3.654,00)

Grupo 1 – Item7:

Valor considerado Atenas: R\$ 32,02

Valor correto: R\$ 156,88 (3,13% x R\$ 5.012,18)

Grupo 1 – Item8:

Valor considerado Atenas: R\$ 42,67

Valor correto: R\$ 209,06 (3,13% x R\$ 6.679,51)

*“D) Ausência de comprovação da capacidade técnica”*

- a empresa foi vencedora dos itens 1 e 4 e do Grupo 1, que somam 46 postos de trabalho. Portanto, nos termos do que prevê a legislação e o Edital, faz-se necessária a comprovação de, no mínimo, 23 postos de trabalho durante doze meses, que

correspondem a 50% do total de postos de trabalho que serão contratados.

Por fim, requer a revisão da decisão recorrida que declarou vencedora e habilitada no certame a empresa ATENAS TERCEIRIZAÇÃO E OBRAS LTDA., com a sua consequente inabilitação.

#### **4. DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida argumenta, em síntese, que:

- a licitação pública vincula-se as regras estabelecidas no instrumento convocatório e que é ilícita a exigência superveniente de declaração ou de outro documento que não consta previsto no edital;
- a autoridade julgadora resta impedida de exigir qualquer documento que não se encontra expressamente previsto no edital;
- no tocante a formação de preços constante da planilha de custos, firma o compromisso de respeitar e observar todos os custos e os respectivos elementos de custos lançados e atinentes à sua composição, inclusive, para servir eventual repactuação e ou reequilíbrio do contrato.
- por se tratar de questão pacífica do ponto de vista doutrinário e normativo, que eventuais erros assentados na planilha de custos e formação de preços podem vir a ser ajustados no curso da licitação e a qualquer tempo, inclusive na fase superveniente de execução do contrato.
- a Recorrida discorda das alegações da Recorrente no tocante ao que denomina eventuais erros e inconsistências na planilha, ao tempo em que reconhece, se for o caso e o que se admite apenas para declinar à sua boa-fé e cooperação, o dever de vir adequar eventual divergência, em caso de manifesta ordem por parte da autoridade pregoeira, em sede de diligência.
- quanto a comprovação da capacidade técnica, informa que bastaria apenas o atestado em nome da Embaixada da Colômbia, com 20 postos e da Embaixada do Peru, com 4 postos, para

atender às normativas do certame, isto é, 50% do total de postos, o que seja 23 postos.

## **5. DA ANÁLISE**

### ***“A) Da não comprovação do enquadramento legal para utilização do benefício da desoneração da folha de pagamentos – Lei 12.546/2011”***

Por tratar-se de matéria contábil, este Pregoeiro recorreu ao auxílio do Setor de Contabilidade deste ITI, que, após análises e diligências junto ao Escritório de Contabilidade responsável pela escrituração contábil e fiscal da empresa Recorrida, emitiu o parecer técnico com o entendimento de que a declaração DCTF, competência 09/2020, apresentada pela Recorrida, no sistema Comprasnet, é suficiente para demonstrar a que a empresa é optante pelo regime tributário Lucro Real e que, embora conste a informação de não ser optante pela CPRB, os recolhimentos previdenciários foram calculados sobre a Receita Bruta.

Quanto à comprovação da opção da empresa Recorrida pela CPRB, importa acrescentar, ainda, que na página 6 da própria DCTF apresentada pela Recorrida no sistema do Comprasnet, consta que a Contribuição Previdenciária mensal é realizada, por meio do código 2985, com a denominação “CPRB – art. 7 Lei 12.546/2011”. Referido código foi criado pela Receita Federal para identificar a **Contribuição Previdenciária realizada pelas empresas sobre a receita bruta**, na forma do artigo 7º da Lei 12.548/2011.

Nas diligências realizadas pelo SECON/ITI, foi juntada aos autos cópia do relatório extraído do site da Receita Federal: “Arrecadações Seleccionadas” contendo as contribuições relativas ao período de 01/05/2018 a 27/11/2020, com o código 2985, o que demonstra ter a Recorrida realizado o preenchimento da planilha de forma correta, ao substituir o percentual de 20% do módulo dos Encargos por 4,5% sobre a Receita Bruta no módulo dos Tributos.

### ***“B) Da incorreta aplicação das alíquotas de PIS e COFINS”***

Quanto às alíquotas do PIS e da COFINS, a SECON/ITI registra que, para as empresas enquadradas regime tributário de Lucro Real, são, respectivamente, 1,65% e 7,6%. Mas, que a legislação vigente prevê a possibilidade de descontos e/ou compensações incidirem sobre o valor do imposto apurado, sendo possível a utilização desse percentual reduzido nas planilhas de custos.

Defende a SECON/ITI o entendimento de que as diferenças a maior ou a menor de alíquotas do PIS e da COFINS podem ser compensadas em outros itens da planilha. Cita, por exemplo, o pregão eletrônico realizado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, que fez constar expressamente no item 21.18 do edital a proibição de cotações do PIS e da COFINS nos percentuais de 1,65% e 7,6%, tendo em vista que as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor bruto do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

Por fim, conclui a SECON/ITI que possíveis divergências de alíquotas de tributos PIS e COFINS, não servem de pretexto para desclassificação de propostas nos certames licitatórios. Tendo a Licitante comprovado condições de cumprir fielmente os custos contratuais, irrelevante se torna a comprovação ou não do regime tributário.

Nesse sentido, há que se considerar, ainda, as previsões contidas nos subitens item 6.4 e seguintes do Edital, que, em síntese, estabelece que a empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários, e, no caso de cotação incompatível com o regime tributário, arcará com todas as consequências, conforme se verifica a seguir:

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

(...)

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

No caso sob análise, verifica-se que a Recorrida utilizou alíquotas menores, as quais deverão ser mantidas durante toda a execução contratual, na forma estabelecida no subitem 6.4.1 descrito acima, não se constituindo, portanto, motivo para inabilitação.

Com relação ao fato de ter a Recorrente comunicado, por e-mail, a inconsistência verificada na planilha da Recorrida, faz-se necessário esclarecer que na fase de análise e aceitação das propostas a comunicação com os licitantes é realizada exclusivamente por meio do chat do sistema, que é aberto somente aos licitantes melhores classificados ou aos são convocados, na ordem de classificação, por motivos de inabilitação/desclassificação do primeiro.

Ademais, a fase de recurso possui justamente o viés de confrontar decisão do Pregoeiro, devendo seus fundamentos serem registrados no momento correto, de modo a evitar interrupções desnecessárias ao regular prosseguimento do certame.

Importante ressaltar que, em momento algum, este Pregoeiro dirigiu tratamento diferenciado a qualquer dos Licitantes, todos os atos foram e serão sempre conduzidos à luz do princípio da isonomia e equidade, o que se observou foi que alguns Licitantes cotaram alíquotas em desacordo com os estabelecidos na legislação vigente, a exemplo do PIS e da COFINS que poderá ser de 0,65% ou 1,65% e de 3% ou 7,6%, respectivamente, a depender do regime de tributação adotado pela Licitante.

Os questionamentos foram realizados para atender os apontamentos feitos pela Área Contábil, com o objetivo de sanar eventuais falhas no preenchimento da planilha de custos e possibilitar, com prudência, o aproveitamento das propostas melhores classificadas.

### ***C) Dos erros no preenchimento da planilha***

Conforme relatado pela Recorrente, verifica-se a existência de erros no preenchimento da planilha, por ter sido utilizado o total do submódulo 2.1 como base de cálculo para a incidência dos encargos do submódulo 2.2, quando o correto seria usar o total do módulo 1 – Composição da Remuneração.

Entretanto, da mesma forma anterior, não há que se falar em inabilitação, por se tratar de erros no preenchimento da planilha que deverão ser suportados pela contratada durante toda a execução contratual, conforme previsões editalícias destacadas e ainda:

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Anexo VI do Termo de Referência

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

(...)

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

#### ***“D) Ausência de comprovação da capacidade técnica”***

Para comprovar a capacidade técnica, a Recorrida apresentou 03 (três) Atestados fornecidos pelos órgãos:

- Embaixada da Colômbia, emitido em 06/01/2017, com 20 postos desde 01/01/2014;
- IBAMA, período de 03/07/2018 a 16/06/2019, postos de Recepcionistas, Técnico de Informática, Auxiliar Operacional, Auxiliar Administrativo e Apoio de Gabinete; e
- Embaixada da República do Peru, emitido em 29/11/2016, com 4 postos desde 01/01/2014.

Considerando ter sido declarada vencedora para os itens 1 e 4 e Grupo 1, com o total de 46 (quarenta e seis) postos, verifica-se que foi atendida a exigência contida no subitem 9.11.1.7. quanto à execução de serviços de, no mínimo, 50% dos postos.

## **6. DA DECISÃO**

Diante do exposto e considerando que:

- restou comprovado, por meio da declaração DCTF apresentada pela Recorrida e do relatório “Arrecadações Seleccionadas” com o código 2985, que a empresa é optante pela CPRB, estando correta a substituição do percentual de encargos de 20% por 4,5% a ser calculado pela Receita Bruta;
- erros no preenchimento na planilha de custos não constituem motivos para desclassificação das propostas;



- o quantitativo de postos apresentados nos Atestados de Capacidade Técnica atende as exigências estabelecidas no Edital e Anexos.

Decido por conhecer do recurso interposto para, no mérito, NEGAR-LHE provimento, mantendo habilitada a empresa Recorrida e, nos estritos termos do art. 109 § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, submeto à autoridade superior, o Senhor Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração, a presente decisão.

Acrescento que este Pregoeiro embasou sua decisão, em jurisprudências expedidas TCU, disponíveis no portal do Empório do Direito, acesso pelo link <https://emporiododireito.com.br/leitura/proposta-de-preco-em-desacordo-com-a-planilha-de-custos-desclassificacao-ou-adequacao>.

Brasília, 23/12/2020.

**Ornel Costa de Azevedo**

Pregoeiro